

## 2 EMPREGO E RENDA

Os dados das pesquisas sobre o mercado de trabalho, referentes a abril, não confirmaram, integralmente, a tendência de recuperação esboçada no primeiro trimestre. A despeito da pequena elevação verificada na taxa de desemprego, pode-se dizer que essa tendência teria se mantido se o processo de recuperação dos rendimentos reais tivesse mostrado continuidade, uma vez que o nível de ocupação aumentou conforme o esperado.

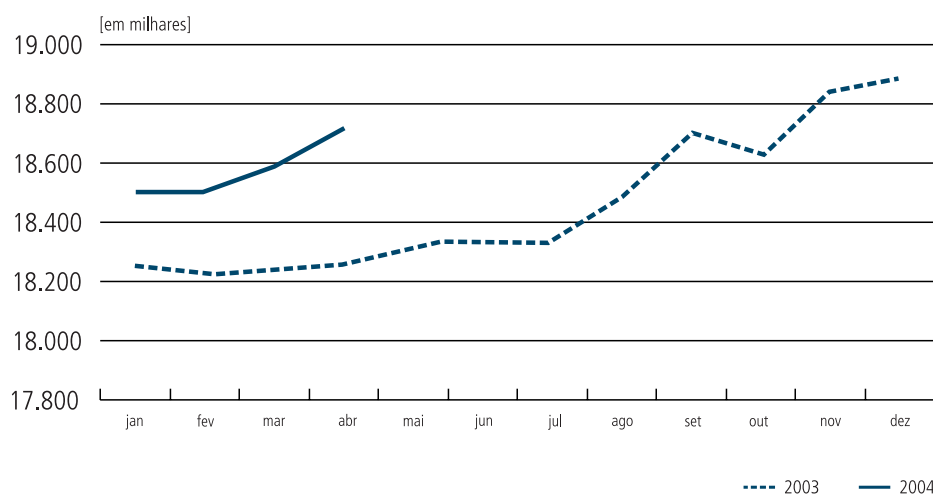
Segundo a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), a ocupação nas seis regiões que têm seus dados divulgados pelo IBGE cresceu 0,7% em abril (relativamente ao mês anterior). Em relação a abril do ano passado, houve uma variação de 2,5%, o que faz com que o resultado do período janeiro-abril se situe em um patamar 1,8% superior ao verificado nos primeiros quatro meses de 2003.

Dessa forma, a ocupação este ano está mostrando um desempenho sensivelmente melhor que o verificado nos primeiros meses do ano passado, o que pode ser comprovado pela observação do Gráfico 2.1, em que a inflexão ascendente da curva, a partir de março, contrasta nitidamente com a estagnação havida no início de 2003. Não é preciso lembrar que no ano passado o nível de atividades só passou a apresentar algum dinamismo no terceiro trimestre, sendo também visível, no gráfico, a resposta positiva que a ocupação deu naquela ocasião.

O aumento da ocupação em abril aconteceu de forma generalizada em todas as seis regiões pesquisadas, destacando-se a região metropolitana de Recife, onde o crescimento

GRÁFICO 2.1

### Evolução do Nível de Ocupação



sobre o mês anterior foi de cerca de 1,8%. Quanto aos setores de atividade, o volume mais significativo de novos postos de trabalho foi gerado na indústria, 142 mil, um aumento de 4,5% sobre o nível do mês anterior, ao passo que a construção civil foi o contraponto negativo, com uma queda de 3,5%. Esse desempenho ruim da construção civil também se verifica quando se faz a comparação com abril de 2003: enquanto os demais setores apresentam variações bastante expressivas (indústria, 3,3%; comércio, 3,3%; serviços, 3,6%), a construção civil mostra uma queda de 4,1%.

Uma preocupação que sempre deve acompanhar a leitura dos números relativos ao crescimento da ocupação diz respeito à qualidade dos vínculos que estão sendo gerados. Quanto a isso, os números da PME em abril mostram que as 130 mil novas oportunidades existentes, relativamente à situação do mês anterior, resultaram basicamente de um aumento do número de empregados sem carteira de trabalho assinada (cerca de 144 mil, um crescimento de 5,1%) e do número de pessoas ocupadas sem remuneração (33 mil), contrabalançados em parte pelas quedas ocorridas na quantidade de trabalhadores por conta própria (-63 mil) e de assalariados com carteira assinada (-15 mil).

Por outro lado o Caged, um registro administrativo do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) que levanta as estatísticas de admissões e desligamentos no mercado de trabalho formal em todo o país, apontou a criação de quase 190 mil postos de trabalho em abril, dos quais aproximadamente 42 mil (22,3%) foram gerados nas seis regiões metropolitanas cobertas pela PME. No acumulado deste ano, o volume de novos empregos — segundo o Caged — chega a 535 mil, sendo 130 mil nas regiões da PME (24,3%). Embora esses dados sejam contraditórios com as estimativas da evolução recente do número de empregados com carteira assinada, segundo a PME,<sup>1</sup> deve-se procurar captar o significado deles a partir de sua comparação com os valores que essa mesma série vem adquirindo ao longo do tempo. Nesse sentido, os resultados deste ano do Caged têm sido, a cada mês, os melhores já apurados desde 1992, quando esse levantamento foi iniciado.

Alguns resultados de sondagens das intenções das empresas, feitas no primeiro trimestre, dão respaldo aos números apurados pelo Caged: na sondagem da CNI, o indicador para a expectativa de aumento do número de empregados encontra-se no ponto mais alto já observado desde outubro de 2000, enquanto na Sondagem Conjuntural da FGV a diferença entre o percentual de empresas com intenção de contratar e aquele relativo às empresas que prevêm demissões é o maior desde outubro de 1986.

Esse conjunto de números referentes à evolução recente da ocupação parece não deixar dúvidas quanto ao fato de a demanda por mão-de-obra estar vivendo um bom momento, embora ainda seja necessário haver uma melhoria na qualidade dos postos de trabalho que estão sendo gerados. Contudo, se a presente retomada do mercado de trabalho vier a repetir a experiência da recuperação de 1999/2000, esse problema deverá demorar algum tempo para ser superado: o extraordinário aumento da ocupação havido naquela ocasião foi em sua maior parte devido, nos primeiros meses em que ocorreu, ao crescimento do número de trabalhadores sem carteira assinada. Apenas em um segundo momento, no final do terceiro trimestre de 2000, tendo a economia mantido um ritmo de crescimento sustentado por mais de cinco trimestres, é que esses vínculos precários passaram a ser substituídos por

---

1. Os dois levantamentos são de natureza muito distinta. Embora as séries do Caged e dos empregados com carteira assinada levantadas pela PME apresentem muitas discrepâncias no curtíssimo prazo, mostram uma semelhança de comportamento bastante razoável quando analisadas em períodos de tempo maiores.

empregos com carteira. Esse movimento foi tão intenso que o ano de 2001 acabou mostrando, segundo a PME, um crescimento do grau de formalização das relações de trabalho, algo que ao longo da década de 1990 seria impensável de ocorrer sem a implementação de reformas que levassem a uma redução dos custos trabalhistas e de contratação de mão-de-obra.

Caso o crescimento da economia em 2004 confirme as projeções atualmente feitas (algo próximo a 3,5% para o PIB), deve-se esperar — em princípio — bons resultados para o nível de ocupação, uma vez que o mercado de trabalho vem apresentando uma sensibilidade relativamente alta aos estímulos do nível de atividade. Diferentemente do que ocorreu na década passada, quando o processo de reestruturação produtiva por que passou a economia brasileira levou a um baixo coeficiente emprego/produto, a resposta do mercado de trabalho ao crescimento do PIB nos últimos anos respalda expectativas que apontam — ainda este ano — um crescimento da ocupação superior, inclusive, ao aumento da população em idade ativa (PIA).

A ressalva que pode ser feita a esse quadro favorável de aumento do nível de ocupação diz respeito, justamente, ao elevado número de pessoas que hoje se encontram numa situação de subocupação, entendida aqui como aquela em que se recebe uma remuneração por hora trabalhada inferior ao salário mínimo/hora: segundo a PME, nos últimos 12 meses encerrados em abril, a quantidade média de pessoas nessa situação é cerca de 33% maior que a média dos 12 meses anteriores.<sup>2</sup>

Como o processo de crescimento sustentado da economia tende a provocar, conforme apontado, a substituição de vínculos precários, mal remunerados, por ocupações de melhor qualidade, não é fora de propósito conceber uma situação em que o aumento do nível de ocupação — a criação líquida de novas oportunidades de trabalho — não seja tão expressivo em função da transferência de pessoas hoje subocupadas para postos melhor remunerados, com o abandono de ocupações precárias, de baixa remuneração, tanto por parte da própria pessoa que alcançou uma colocação melhor, como por parte de membros secundários da família, em função da melhoria havida na renda familiar. Caso isso aconteça, a evolução positiva do mercado de trabalho irá se expressar em uma participação maior dos empregados com carteira no total dos ocupados, em um crescimento maior dos rendimentos médios, e menos no crescimento do nível de ocupação. Em outras palavras, em uma melhoria mais qualitativa, no que se refere à natureza dos vínculos gerados, do que quantitativa, em termos do volume de ocupação atingido.

Se o comportamento atual da ocupação e as perspectivas apontadas pelas previsões que hoje são feitas têm um caráter predominantemente positivo, o mesmo não ocorre na questão do desemprego. A despeito do crescimento observado na ocupação, o número de desempregados também vem crescendo nesses primeiros meses de 2004, em razão de um maior afluxo de pessoas ao mercado de trabalho: a taxa de participação, indicador que mede a intensidade dessa presença de pessoas, seja como ocupadas ou em busca de uma ocupação, aumentou 1,4 p.p. desde janeiro e 0,5 p.p. apenas no mês de abril, situando-se ainda quase 1 p.p. acima da observada em abril do ano passado. A Tabela 2.1 mostra, com a evolução da PIA, da PEA e dos ocupados, segundo a posição na ocupação, as diferenças existentes entre essas variáveis, quando seus valores nos primeiros meses do ano são comparados com os correspondentes em 2003.

2. Esse percentual seria ainda maior se o aumento do salário mínimo este ano, a exemplo do ano passado, já vigorasse em abril.

TABELA 2.1

**PME/IBGE: PIA, PEA e Ocupados**

[taxas de variação em 12 meses (em %)]

Meses	PIA	PEA	Ocupados					
			Total	Empregados S. Público	Empregados S. Privado		Conta Própria	Outros
					Com Carteira	Sem Carteira		
Jan./04	1,8	2,0	1,4	-3,0	-0,5	2,8	9,1	-1,8
Fev./04	1,7	2,0	1,5	-0,1	-1,9	4,8	8,8	-0,7
Mar./04	1,8	2,7	1,9	0,4	0,3	0,7	10,2	-2,5
Abr./04	1,6	3,3	2,5	-0,6	0,7	4,7	6,7	1,6

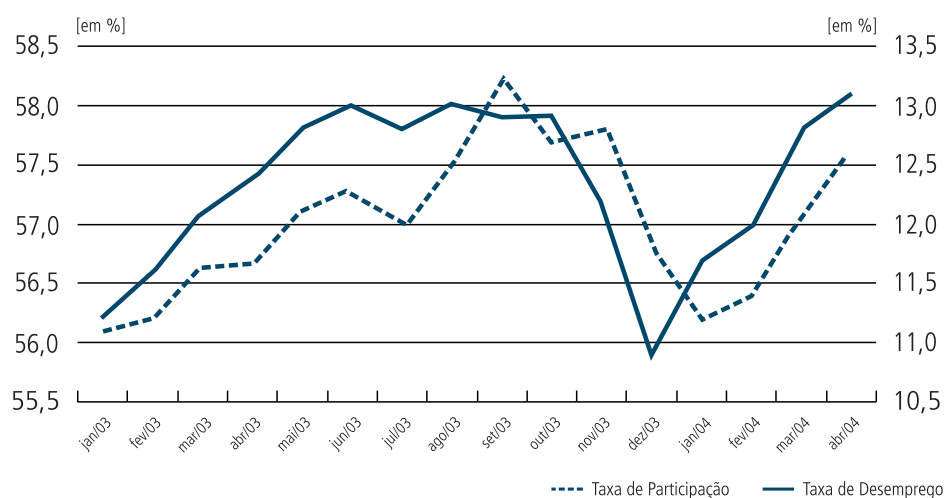
Fonte: PME/IBGE. Elaboração: IPEA/DIMAC.

Como pode ser observado, embora a ocupação apresente em abril um crescimento de 2,5%, a variação da PEA, da ordem de 3,3%, expressa o aumento muito maior, ocorrido no contingente de pessoas que buscaram o mercado de trabalho mas não conseguiram se colocar.

Com isso, a taxa de desemprego também aumentou 1,4 p.p. entre janeiro e abril, embora o ritmo de seu crescimento tenha arrefecido um pouco no último mês, graças ao crescimento mais expressivo havido no nível de ocupação. O Gráfico 2.2, que mostra o comportamento das taxas de participação e de desemprego desde janeiro de 2003, é bastante ilustrativo da influência que a taxa de participação vem tendo sobre a evolução da taxa de desemprego.

Três razões podem ser apontadas para o atual crescimento da taxa de participação. A primeira é a natureza sazonal dessa variável, uma vez que nesse período do ano as pessoas procuram com mais intensidade encontrar uma ocupação, quando o nível de atividade econômica também retoma o seu padrão sazonal de crescimento. Contudo, a aceleração dessa participação, atualmente, sugere a existência de duas outras razões: uma, positiva, que guarda semelhança com a questão sazonal e outra, negativa, relacionada à deterioração sofrida pelos rendimentos reais ao longo dos últimos anos, deterioração essa agravada em 2003.

GRÁFICO 2.2

**Taxas de Desemprego e de Participação**

De forma semelhante ao que ocorre com a sua componente sazonal, a taxa de participação também atua de forma pró-cíclica em relação às oscilações não-sazonais do nível de atividade econômica. Como a economia encontra-se hoje numa fase ascendente do ciclo de negócios, depois da retração havida no primeiro semestre do ano passado, e a demanda por mão-de-obra apresenta sinais de vitalidade, há um estímulo para as pessoas se voltarem para o mercado de trabalho, pois a probabilidade de encontrarem ocupação aumenta. Por outro lado, a queda prolongada que os rendimentos reais vêm tendo também pode estar funcionando como motivação para que membros secundários das famílias busquem alguma forma de ocupação remunerada, como maneira de compensar a perda de poder de compra da renda familiar.

Considerando a incidência desses três fatores, é de se esperar que a taxa de participação permaneça em alta ainda nos próximos meses, apresentando sinais de arrefecimento somente no segundo semestre, em função da inflexão sazonal que normalmente ocorre. Com isso, mesmo mantida a hipótese de que o aumento do nível de ocupação continuará a ocorrer de forma sustentada a curto prazo, a taxa de desemprego também deverá manter-se elevada ainda por algum tempo. É impossível precisar, contudo, em que mês a ação combinada de aumento da ocupação e diminuição do ritmo de crescimento/decrécimo da taxa de participação irá produzir uma redução em seu valor, se já no terceiro trimestre ou apenas no quarto. Na realidade, o importante é saber que uma redução consistente da taxa de desemprego, isto é, duradoura e não apenas meramente sazonal, irá requerer a continuidade do crescimento da economia no próximo ano e a correlata manutenção, em níveis elevados, da demanda por mão-de-obra.

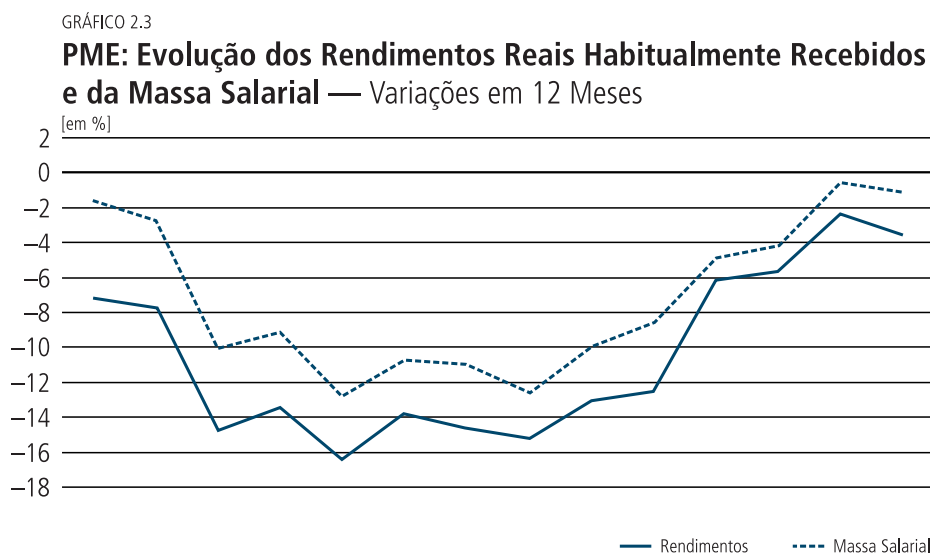
Para melhor avaliar essa questão, deve-se passar à análise da evolução de um outro indicador do mercado de trabalho, que é essencial para a sustentabilidade do crescimento da economia: os rendimentos reais.

Conforme apontado no início desta análise, a queda havida nos rendimentos médios reais no mês de abril interrompeu a trajetória de recuperação desse indicador, que vinha sendo a tônica desde janeiro. Embora não muito grande ( $-0,9\%$ , em relação a março), o retrocesso foi suficiente para frustrar as expectativas mais otimistas que já previam para esse mês o início de retomada do crescimento anual da massa salarial real, em termos da comparação com a observada no mesmo mês de 2003.

Tais expectativas baseavam-se no comportamento observado, desde o ano passado, dos rendimentos nominais e da inflação. Quanto aos rendimentos nominais, sua evolução ao longo de 2003 foi bastante prejudicada pela contração do nível da atividade econômica: segundo a PME, em 8 dos 12 meses do ano os rendimentos médios habitualmente recebidos sofreram redução relativamente ao mês imediatamente anterior. A combinação de rendimentos nominais deteriorados com o aumento da inflação provocou um quadro de perda sistemática do poder de compra das remunerações, o qual só seria mudado com uma inflexão no comportamento das duas variáveis. Como a inflação já estava praticamente sob controle desde meados do ano, caminhando para um patamar que hoje vem a ser a meta anual de  $5,5\%$ , a recuperação dos rendimentos nominais passou a ser o elemento decisivo.

Foi justamente o comportamento auspicioso desse elemento ao longo de todo o primeiro trimestre que alimentou a idéia de que já se estaria na trilha de uma melhoria continuada dos rendimentos médios reais. Que um processo de recuperação dos rendimentos está em curso, parece não restar dúvidas. A questão que o retrocesso havido em abril levantou, portanto, parece dizer respeito mais à velocidade com que se chegará a um patamar de

rendimentos reais superior ao observado no mesmo mês do ano passado, invertendo a trajetória de queda continuada até agora vivida, do que se esse patamar será ou não atingido. O Gráfico 2.3 permite uma visualização desse processo ao mostrar a curva das variações em 12 meses dos rendimentos médios reais habitualmente recebidos: depois de se ter atingido um fundo de poço em julho do ano passado, as perdas em termos anuais foram progressivamente sendo diminuídas, passando por um ligeiro recuo em outubro até atingir a marca de -2,4% em março, e sofrer novo recuo (para -3,5%) em abril.



Com a inflação praticamente estabilizada, se o elemento decisivo passa a ser a evolução dos rendimentos médios nominais, então o resultado de abril demanda um questionamento a respeito de quais fatores poderiam ser responsáveis, hoje, por uma eventual paralisação no processo de sua recuperação.

Duas possibilidades, não-excludentes, podem ser pensadas. A primeira delas é que as ocupações que estão surgindo, cuja ocorrência se expressa no aumento do nível de ocupação, são mal remuneradas e contribuem para deprimir o valor médio do conjunto, isto é, seria o próprio aumento do pessoal ocupado, ao se basear em ocupações de qualidade inferior, o responsável pela deterioração dos rendimentos médios nominais. Uma outra hipótese é que, independentemente daquilo que está ocorrendo na margem do processo de crescimento da ocupação, estaria se processando, no “interior” do contingente de ocupados, uma deterioração das condições de remuneração, com a tradicional rotatividade do trabalho funcionando como mecanismo de diminuição dos rendimentos.

As informações disponíveis não permitem, porém, nenhuma afirmação mais categórica a respeito do que efetivamente aconteceu em abril, embora seja provável que os dois processos tenham se mostrado atuantes. Por um lado, o crescimento expressivo dos trabalhadores sem carteira de trabalho assinada, cuja remuneração é cerca de 35% inferior à média do conjunto, certamente contribuiu para deprimir essa mesma média.<sup>3</sup> Por outro, todas as categorias de trabalhadores apresentaram quedas em seus rendimentos médios nominais habitualmente

3. A quantidade de subocupados por insuficiência de remuneração, que havia crescido no primeiro trimestre, diminuiu ligeiramente em abril.

recebidos, o que alimenta a segunda hipótese aventada, mesmo que as variações observadas possam nem ser estatisticamente significantes.

Portanto, quanto às perspectivas de evolução dos rendimentos nominais no futuro próximo, mantido o crescimento da ocupação, e considerando ainda a hipótese de que no início da recuperação o maior volume de contratações é de trabalhadores sem carteira assinada, haveria ainda, por algum tempo, um fator pressionando para que esses rendimentos não subissem.<sup>4</sup> Já a continuidade do crescimento da ocupação talvez atue mais rapidamente no sentido de moderar uma eventual utilização do expediente da rotatividade, inibindo a deterioração dos rendimentos entre os já ocupados.

De qualquer forma, apenas quando a taxa de desemprego passar a apresentar uma queda consistente, como anteriormente comentado, é que começará a haver uma melhoria na correlação de forças entre procura e oferta no mercado de trabalho, condição básica para uma melhoria também consistente nos rendimentos.

Essa consistência da trajetória dos rendimentos será fundamental para que o crescimento da ocupação deixe de ser o único sustentáculo do aumento da massa salarial, variável estratégica para a dinamização do mercado interno. Nesse sentido, se em março a massa salarial real (considerando os rendimentos habitualmente recebidos) era apenas 0,6% menor que o volume alcançado em março de 2003 (ver Gráfico 2.3), a queda dos rendimentos médios reais em abril provocou um recuo na sua trajetória de recuperação, fazendo com que, comparado com abril do ano passado, ela esteja agora em um patamar 1,1% menor.

---

4. Ou seja, a alteração na composição do contingente de ocupados, com o crescimento do peso de uma categoria com rendimentos abaixo da média.

